



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 69
2017

ENCONTRO
LISBOA RIBEIRINHA MEDIEVAL E MODERNA
— DADOS ARQUEOLÓGICOS

RIBEIRA DAS NAUS: APONTAMENTOS DA INTERVENÇÃO EFECTUADA EM 1995

João António Ferreira Marques¹, Gonçalo Adriano Simões Gonçalves Lopes²

¹ DGPC / jmarques@dgpc.pt

² Investigador / g.simoeslopes@gmail.com

Resumo

A intervenção que ocorreu em 1995, no âmbito das obras da Expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa, no local do antigo Arsenal de Marinha, na Avenida Ribeira das Naus, permitiu identificar algumas estruturas, nomeadamente uma eventual carreira de construção naval e exumar materiais atribuídos aos séculos XV-XVII, de que se destaca um fragmento de majólica de grande raridade no contexto português.

Palavras-chave: Ribeira das Naus, Construção naval moderna, Majólica.

Abstract

The intervention that took place in 1995, at the site of the former Navy Yard, in Ribeira Avenida das Naus, as part of work of the expansion of the underground network of the Metropolitano de Lisboa, made possible to identify structures, such as one eventual shipbuilding row and exume materials assigned between the 15th and 17th centuries, especially one majolica fragment of great rarity in the Portuguese context.

Keywords: Navy Yard, Modern shipbuilding, Majolica.

A execução do Plano de Expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa nos anos noventa do século XX, levou à execução de um conjunto de intervenções na área da baixa e zona ribeirinha da cidade de Lisboa.

Uma dessas intervenções ocorreu em 1995, no designado Pátio da Marinha, local do antigo Arsenal de Marinha, defronte ao qual se desenvolveu o aterro de meados do século XX da atual Avenida Ribeira das Naus, importante área do interface ribeirinho da cidade com o rio Tejo. O projeto preconizado para o local consistiu principalmente na construção e escavação de um poço de grandes dimensões, com cerca de 22 m de diâmetro, de apoio, à construção do túnel da linha de metropolitano de ligação à Estação Ferroviária do Cais do Sodré.

Trata-se de uma área da cidade de particular importância onde, pelo menos desde finais da Idade Média, se concentrava a construção naval e que mais tarde foi reordenada em função das viagens marítimas com a construção, em 1498, do Paço da Ribeira, (reinado de D. Manuel I), ao qual terá sido acrescentado, a partir de 1581, o Torreão Filipino, (reinado de D. Filipe I), destruído pelo terramoto de 1755.



Figura 1 – Localização da intervenção no extracto da Folha 4 da Carta do Concelho de Lisboa à escala 1/10 000 de 1973 do SCE.

O acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação do poço procurou observar e reconstituir a sucessão estratigráfica do local tendo-se efetuado vários cortes de forma a obter perfis (Marques e Santos, 1997, p. 167). Foram identificados vá-

rios estratos, destacando-se as camadas 4 e 5 com materiais atribuídos aos séculos XV- XVII, e a camada 14, com cerâmicas romanas (Marques et al. 1997), de onde se recolheram 468 fragmentos, sendo de salientar que entre as camadas 9 e 13 o espólio era escasso, quase desapareceu por completo. Ao todo foram exumados 7037 fragmentos e inventariadas 184 peças, provenientes sobretudo das referidas camadas 4 e 5 (Marques e Santos, 1997, p. 168).

Durante os trabalhos foi igualmente identificada uma interessante estrutura (Estrutura II) com uma orientação norte-sul que ocupava todo o eixo do poço e que era constituída por dois muros paralelos, em alvenaria de pedra irregular agregada por argilas ou argamassas pobres de cor amarela com um embasamento em argamassa muito espessa e sólida formando uma espécie de calha que assentava sobre a camada 5 (Marques e Santos, 1997, p. 174). Esta foi interpretada como uma caleira ou estrutura constituinte de uma carreira de construção naval que se datou do período moderno (quinhenista ou posterior).



Figura 2 – Vista geral da área da intervenção e perspectiva da eventual carreira de construção naval.



Figura 3 – Trabalhos de registo da estrutura.

Destes trabalhos arqueológicos recolheu-se a peça (N.º inventário MRS/95-9, proveniente da camada 5) que se aborda seguidamente e que constitui um objecto de grande raridade no contexto português, não porque as cerâmicas de importação italianas sejam escassas, mas devido à especificidade e simbolismo da sua decoração.

Trata-se de um prato de grandes dimensões, esmaltado a branco, com as armas reais portuguesas no centro, envolvidas por uma coroa de louros. Não possui outro motivo decorativo para além do referido, que foi pintado a azul, vermelho, amarelo e verde.

O seu tamanho invulgar (excede os 30 cm de diâmetro) sugere uma peça de servir à mesa e não de uso individual conforme a maioria dos exemplares encontrados em Portugal, de dimensões mais modestas.



Figura 4 – Corte este-oeste da estrutura.

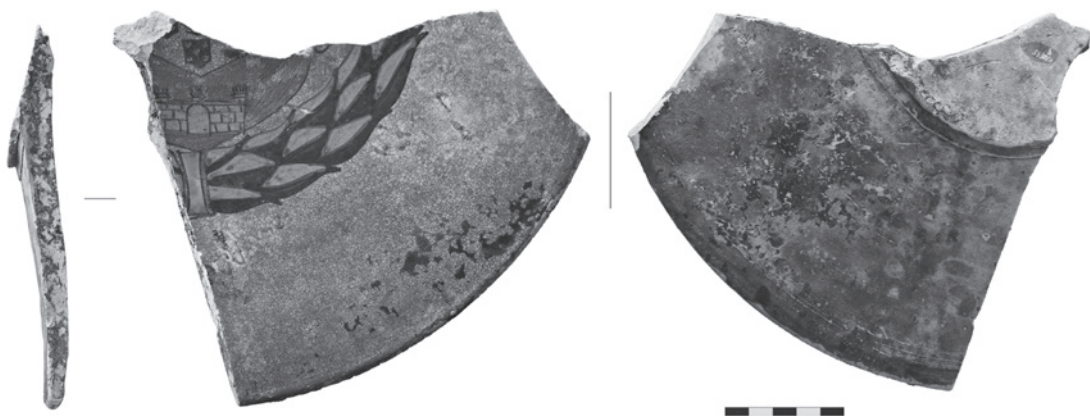


Figura 5 – Três vistas do prato brasonado (MRS/95-9).

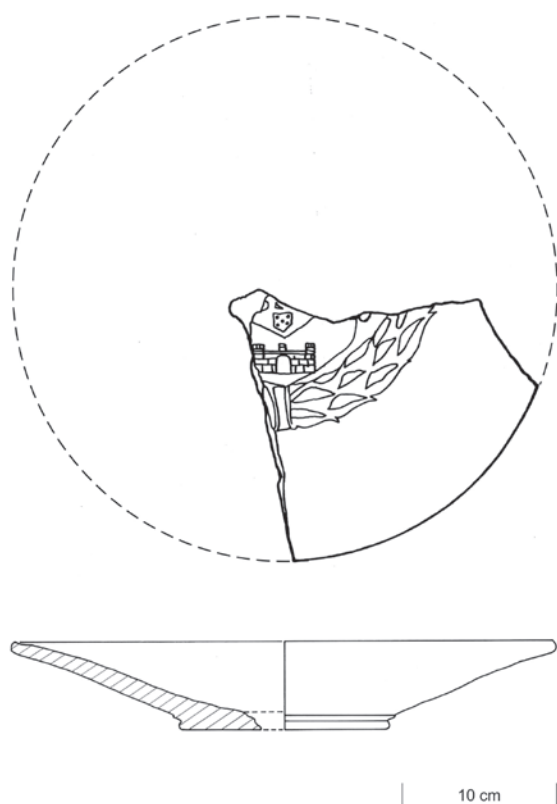


Figura 6 – Desenho do prato (MRS/95-9), com o corte e vista da superfície interna.

A morfologia do pé, em bolacha com uma pequena moldura, acusa uma origem segura nas oficinas de Montelupo e a decoração a *stemma* (heráldica) é igualmente comum em peças desta proveniência,

nomeadamente os brasões da família Medici, frequentemente reproduzidas em cerâmica para exportação.

Do brasão resta a extremidade inferior do escudo que permite classificá-lo do tipo “clássico” ou de ponta em ogiva, bastante usado até ao reinado de D. Manuel, perdendo a importância a partir dos reinados de D. João III e D. Sebastião, em favor do escudo de ponta redonda. Outro aspecto heráldico a ter em conta que é o facto de na orla do escudo haver um castelo “dominado”. Esta característica é bastante rara nos brasões reais portugueses, podendo-se encontrar nas armas da cidade de Ceuta e, amiúde, em algumas variantes monetárias de vinténs e cruzados de D. João III. Por uma questão de lógica e disponibilidade de modelos, é bastante possível que o escudo representado neste prato tenha sido copiado de uma destas moedas de D. João III, permitindo avançar uma cronologia próxima do segundo quartel do século XVI.

Por outro lado, apesar de se tratar de um tipo de decoração muito concreta, a rudeza da sua execução desmente a existência de um encomendante específico, sugerindo mais uma forma de cativar o mercado português dos inícios de Quinhentos, cada vez mais permeável à importação de majólicas italianas, em detrimento de outros centros produtores como Valência ou Teruel.

Em Portugal as majólicas italianas eram conhe-

cidas por “louça de Pisa”, frequentemente referida em inventários e testamentos a partir dos inícios do século XVI como o da infanta D. Beatriz, duquesa de Beja e mãe de D. Manuel. Neste documento, a duquesa lega em testamento ao mosteiro da Conceição de Beja numerosos recipientes com esta designação. Obviamente as cerâmicas não eram produzidas em Pisa, mas em outros pontos da Toscana, sobretudo nos arredores de Florença (Montelupo), Umbria (Deruta), Emilia-Romagna (Faenza), ou Urbino. No entanto, as majólicas fabricadas no aro de Florença foram as mais amplamente exportadas para o resto da Europa, Portugal incluído, tendo como principal porto de expedição a cidade de Pisa.

BIBLIOGRAFIA


MARQUES, João A.; SANTOS, Vítor M., (1997) – Acompanhamento das obras do Metropolitano de Lisboa. Intervenção arqueológica na Avenida Ribeira das Naus. *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada, pp.165-176.

MARQUES, João A.; SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor M., (1997) – Estrato Romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Al-Madan*. Almada. II.ª série, n.º 6, pp. 166-167.

CARTA, Rafaella (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra: Catálogo*. Granada – s.n.

GOMES, Alberto (1996) – *Moedas portuguesas e do território português antes da fundação da Nacionalidade*. 2.ª edição, Lisboa – Ed. do autor, p. 197, 203.

SALGADO, Anastásia Mestrinho; Salgado, Abílio José (1988) – *O testamento da infanta D. Beatriz (duquesa de Beja)*. S.l. – Associação dos Municípios do distrito de Beja.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2019

www.arqueologos.pt